

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP: uma
revisão bibliográfica.¹**

**THE CONTRIBUTIONS OF RIVERSIDE POPULATIONS TO REGIONAL
DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITY OF SANTANA – AP: a literature review¹**

Jacirene Mendes Barbosa²
Magno Martins Cardoso³

RESUMO: Este estudo analisou as contribuições das populações ribeirinhas para o desenvolvimento regional no município de Santana, no Amapá, por meio de revisão bibliográfica qualitativa e descritivo-exploratória. Foram utilizadas produções científicas publicadas entre 2010 e 2025 e documentos institucionais sobre as dinâmicas socioterritoriais amazônicas. Os resultados mostram que as comunidades ribeirinhas exercem papel fundamental na economia e na organização territorial de Santana, especialmente por meio da agricultura familiar, pesca artesanal, extrativismo e sistemas agroflorestais, atividades que fortalecem a segurança alimentar e abastecem feiras urbanas. Observa-se também forte relação rural-urbana, marcada pela circulação de pessoas, mercadorias e saberes. Entretanto, persistem fragilidades relacionadas ao saneamento, mobilidade fluvial, acesso a serviços públicos e vulnerabilidade socioambiental. Conclui-se que essas comunidades contribuem não apenas economicamente, mas também nas dimensões socioculturais, ambientais e identitárias do desenvolvimento regional, evidenciando a necessidade de políticas públicas territorializadas que fortaleçam suas cadeias produtivas e ampliem o acesso a serviços básicos.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; populações ribeirinhas; rural-urbano.

ABSTRACT: This study analyzed the contributions of riverside populations to regional development in the municipality of Santana, Amapá, through a qualitative and descriptive-exploratory literature review. Scientific publications produced between 2010 and 2025, as well as institutional documents addressing Amazonian socio-territorial dynamics, were used. The results show that riverside communities play a fundamental role in the economy and territorial organization of Santana, especially through family farming, artisanal fishing, extractivism, and agroforestry systems, activities that strengthen food security and supply urban markets. A strong rural-urban relationship was also observed, marked by the circulation of people, goods, and knowledge. However, significant challenges remain regarding sanitation, river mobility, access to public services, and socio-environmental vulnerability. It is concluded that these communities contribute not only economically, but also to the sociocultural, environmental, and identity dimensions of regional development, highlighting the need for territorialized public policies that strengthen their productive chains and expand access to basic services.

Keywords: regional development; riverine populations; Rural–urban.

Data de apresentação: 01/12/2025

¹Artigo apresentado ao Instituto Federal do Amapá como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Desenvolvimento Regional.

² Acadêmica do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Desenvolvimento Regional.
Email: jacirene.mb@gmail.com.br

³ Orientador, Mestre em Desenvolvimento Regional. Docente do Instituto Federal do Amapá. Email: magno.cardoso@ifap.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições das populações ribeirinhas para o desenvolvimento regional no Município de Santana, no Estado do Amapá. Para alcançar esse propósito, tornou-se necessário identificar os territórios ocupados por essas comunidades e compreender de que maneira suas interações contribuem para o desenvolvimento local. Por fim, propõem-se políticas públicas que melhore a visibilidade e o reconhecimento dos ribeirinhos no contexto urbano-regional.

O interesse pela temática surgiu em razão da dinâmica existente dos ribeirinhos com a cidade de Santana, compreender as relações produzidas nessa perspectiva permite melhorar as contribuições para cidade e, ainda reforça a visibilidade às pessoas ribeirinhas como agentes ativos no desenvolvimento local.

Como referências teóricas a pesquisa abordou as contribuições de Cañete e Ravena-Cañete (2010), os autores estudam o conceito e a caracterização de populações tradicionais na Amazônia. Lomba (2019) aborda em seus estudos a relação campo-cidade em Macapá, cidade vizinha ao espaço geográfico da pesquisa. Lira e Chaves (2016), discutem a organização sociocultural e política das comunidades ribeirinhas.

A dinâmica rural-urbana em Santana reflete as origens ribeirinhas das cidades amazônicas, estruturadas às margens dos rios e marcadas pelas relações de troca e reciprocidade. O crescimento intensificou-se com a migração de famílias em busca de melhores condições de vida, acesso à saúde e educação, enquanto a urbanização e a lógica capitalista redefiniram a configuração socioespacial, preservando traços de solidariedade e cooperação da vida ribeirinha.

Dessa forma, pensar nesses atores sociais considerando o seu conhecimento tradicional de vida e experiências com o meio natural, possibilita traçar ações mais assertivas para o desenvolvimento do município. Quando essas pessoas forem mais assistidas e valorizadas em seu território possivelmente suas contribuições para a cidade serão intensificadas.

Portanto, a pesquisa é relevante por destacar a importância das populações ribeirinhas como agentes socioeconômicos e culturais no Município de Santana -AP. Além de contribuir para a produção científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, pode subsidiar políticas públicas mais justas, inclusivas e adaptadas à realidade amazônica. “Assim, cabe questionar: de que maneira as populações ribeirinhas contribuem para o desenvolvimento regional no Município de Santana – AP?”

A presente pesquisa possui natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter descritivo-exploratório. Como critérios de inclusão, utilizaram-se recursos científicos provenientes das bases de dados Google Acadêmico, Periódicos CAPES, repositórios de universidades federais e relatórios institucionais (IBGE, RURAP, EMBRAPA e Prefeitura de Santana). A busca foi realizada por meio de palavras-chave como populações ribeirinhas, desenvolvimento regional, Amazônia rural e urbana, relações campo-cidade, territorialidade e sociobiodiversidade. Foram selecionados materiais publicados entre 2010 e 2025, com ênfase em estudos mais recentes, a fim de captar a atualidade das discussões sobre a temática.

Adotou-se a análise de conteúdo temática, que, conforme Bardin (2011), consiste em uma sequência lógica de fases. A primeira é a pré-análise, etapa em que ocorre a organização do material coletado e a leitura flutuante. Em seguida, realiza-se a exploração do material, que envolve a categorização por eixos temáticos, tais como comunidades ribeirinhas, saberes

tradicionais, desenvolvimento sustentável, produção econômica, interações urbano-rurais e desafios sociais. Por fim, ocorre o tratamento e interpretação dos resultados, momento dedicado à síntese das informações, buscando identificar padrões, contradições e contribuições relevantes das comunidades ribeirinhas para o contexto estudado.

2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA

Compreender a biodiversidade da Região Amazônica requer uma ampla discussão sobre seus aspectos biológicos, ambientais e sociais. Na perspectiva sociológica, o estudo busca compreender as populações residentes, classificadas como tradicionais, com destaque para as populações ribeirinhas que devem ser analisadas a partir de suas particularidades.

O conceito de população tradicional ainda se apresenta como um termo em construção, classificado como extensivo, nos quais os sujeitos participantes correspondem aos extrativistas, seringueiros, pescadores, ribeirinhos, artesanais, castanheiros e etc., conforme definido (Cañete; Ravena-Cañete, 2010).

Devido à necessidade de uma análise crítica sobre comunidade tradicional, é possível dizer que algumas características são semelhantes, como: “uso de técnicas ambientais de baixo impacto; formas equitativa de organização social; presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir sua leis; e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafinados e reelaborados” (Cunha; Almeida, 2001, *apud* Cañete; Ravena-Cañete, 2010, p.192).

Dessa forma, os estudos reforçam essas características quando confirmam que as populações tradicionais mantêm práticas socioculturais próprias, profundamente enraizadas em sua relação com o ambiente, na qual:

Apresentam um modo de vida específico, marcado pela intensa simbiose e relativa harmonia com o meio natural em que vivem, desenvolvendo técnicas de baixo impacto ambiental, fraca articulação com o mercado, intenso conhecimento da biodiversidade que os cerca, modo de produção baseado na mão de obra familiar (Cañete; Ravena-Cañete, 2010, p.14).

Assim como exposto pelos autores, percebe-se que as comunidades tradicionais na Amazônia resguardam modo de vida peculiar que interage de forma íntima com o meio ambiente. Utilizam os recursos naturais de forma sustentável tendo a preocupação de permitir a regeneração da floresta e das espécies. Porém, o reconhecimento das práticas, saberes sobre os ciclos da natureza, ervas e plantas nem sempre é reconhecido. Vale ressaltar que, além de se manter o equilíbrio ambiental, um território sustentável precisa garantir qualidade de vida, acesso à educação, oportunidade de trabalho e segurança alimentar (Freitas; Freitas, 2016).

A partir da década de 1980 as comunidades tradicionais começaram a ter visibilidade, alguns fatores motivaram uma reorganização política. Dentre esses fatores que tiveram forte contribuição é possível destacar: os movimentos sociais, o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo, o surgimento de ONGS e o reconhecimento em âmbito internacional da relevância dessas comunidades para o equilíbrio ambiental (Lira; Chaves, 2016).

Outro importante instrumento de legitimação dos direitos dessas populações foi o Decreto n. 6040 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. No artigo 3, define povos e comunidades tradicionais como “ grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução”(Lira; Chaves, 2016, p. 71).

Sendo assim, entende-se que os ribeirinhos se reconhecem como comunidades tradicionais, partindo do princípio das práticas de manejo sustentável, saberes tradicionais,

habilidades desenvolvidas em decorrência da própria vivência no meio ambiente. São populações que vivem as margens dos rios, residem em casas de palafitas e, a maior parte sobre solo de várzea.

2.1 Dinâmicas de interação rural-urbano

A partir da revolução industrial, o urbano começa a exigir com maior proporção do setor agrícola, máquinas e meios técnicos foram acrescentados ao setor para garantir o aumento da produção. Dessa maneira, o excedente de produtos tornava-se uma garantia para o modelo capitalista que já se evidenciava como novo modo de produção para a sociedade.

Entre o período de 1930 a 1960, o sistema agrário era considerado dominante por meio da sua economia agrícola agroexportadora, assim como residiam grande parte da população. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, já eram desenvolvidas, mas estavam em processo embrionários de crescimento e modernidade industrial. As demais cidades constituíam –se em aglomerados dispersos, algumas como funções administrativas. Assim, o Brasil apresentava –se dependente de um setor primário que precisava de avanços (Lomba; Lopes; Ribeiro, 2019).

Meados do século XX, “com as transformações ocorridas no Brasil posterior às políticas implementadas por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, aconteceu uma nítida transição nos cenários políticos e econômicos, passando de um país agrário-exportador para um país urbano-industrial” (Silva, 2006, p. 65, *apud* Lomba; Lopes; Ribeiro, 2019). A partir desse momento novas relações sociais passaram a se processar resultando no cenário espacial com estruturas inovadoras, envolvendo campo e cidade.

Ao longo das décadas a relação rural – urbano, campo e cidade vem se modificando. O modo de vida se reconfigurou a partir da modernização da agricultura, novas estruturas foram incorporadas no cenário rural o que desencadeou desemprego e falta de oportunidades no campo para os pequenos camponeses. Iniciou –se um período de muitas mudanças na vida das pessoas que viviam no campo. Em 1970, conforme dados do IBGE o urbano apresenta um crescimento considerável com relação ao rural por intermédio da modernização agrícola. (Lomba; Lopes; Ribeiro, 2019).

Com a industrialização novas políticas foram criadas para aumentar a produção e exportação agrícola, com fins de controlar a balança comercial e pagar a dívida externa do Brasil. Foram criados programas de créditos, redução de taxas de juros para compra de maquinários e incentivos a implantação de indústrias vinculadas ao setor primário (Lomba, Lopes e Ribeiro, 2019).

O campo modernizado gera mão de obra “ociosa”, sobretudo pela expropriação da terra e outros meios de produção. É preciso considerar ainda que a industrialização da agricultura, entendida “como o modo industrial de produzir”, se faz na lógica da “internacionalização da economia brasileira” e, portanto, no seio de um capitalismo mundializado. Assim, o “lôcus da concentração do capital e da força de trabalho” é a cidade das “grandes regiões industriais” (Martins; Souza, 2010, p. 42, *apud* Lomba, Lopes; Ribeiro, 2019).

A adoção dessas novas medidas reforçaram a propriedade de latifúndios, extensões de terras nas mãos de poucos proprietários, expulsando das pequenas propriedades camponeses sem condições financeiras para maiores investimentos. Por outro lado, esses camponeses migraram para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida para suas famílias, o chamado êxodo rural.

Os centros urbanos passaram a abrigar essas famílias desempregadas do campo,

junto com elas surgiram os problemas como crescimento desordenado da cidade, desemprego, demandas pelos serviços e por mais alimentos. Dessa forma, a cidade passou a concentrar a maior parte da população, junto a força de trabalho, as indústrias, o capital, além de ordenar ritmo de produção do campo, exigindo mais produção em menos tempo.

2.2 Relações entre campo e cidade no contexto amazônico

A partir da década de 1980 a relação campo – cidade se torna mais intensa e mais complexa. A modernidade alcança a zona rural para que se mantenha abastecendo cidades próximas e também atingindo mercados internacionais. As cidades, concentram capital, informação, pessoas, serviços e a medida em que crescem englobam espaços que antes eram rurais. Em determinadas localidades rurais onde há uma diversidade de serviços disponíveis, percebe-se a urbanização presente. E assim, esses espaços geográficos, ora se contrapõem, ora se complementam.

Alguns autores transcendem a visão dualista que separa rigidamente o rural do urbano, defendendo a existência de uma continuidade entre esses espaços, especialmente evidente nas regiões ribeirinhas da Amazônia. Essa leitura é essencial para compreender o papel estratégico das populações ribeirinhas no desenvolvimento regional, nesse caso, em particular o município de Santana, no estado do Amapá (Cardoso, 2014).

Na Amazônia, as funções da cidade e do campo, se interligam e ao mesmo tempo se complementam, mesmo porque a maioria das cidades nasceram as margens dos rios, cresceram a partir daí, e muitos hábitos e costumes ficaram enraizados. Por isso, entre esses espaços existe uma relação de interdependência que fazem com que campo e cidade sejam essenciais. Conforme os estudos:

A cidade muitas vezes é a base material para a satisfação das necessidades do campo, como no comércio varejista e em estabelecimentos de prestação de serviços direcionados para atividades rurais (veterinárias, insumos, maquinários, associação de classes, bancos, prestação de serviços de planejamento agrícola, entre outros). Assim, mesmo com suas distinções, campo e cidade encontram-se em constantes diálogos e relações (Lomba, 2011, p. 133).

A cidade atende as necessidades de bens e serviços voltados ao setor agrícola, assim como o campo se moderniza para atender as necessidades de consumos urbanos, com intuito de atingir também escalas internacional. Nesta lógica de complementariedade, ambos os espaços se tornam mais complexos, dificultando caracterizar esses ambientes, na medida em que se conectam nas suas funcionalidades.

É importante mencionar que costumes, hábitos, informações da vida urbana, invadem o ambiente rural modificando muito o modo de vida das pessoas, das comunidades tradicionais ribeirinhas (Lomba, Lopes e Ribeiro, 2019). A energia elétrica, movidos a óleo diesel ou a placa solar, assim como as redes de internet conectadas a satélites permitiram a essas populações se conectarem com o mundo e se atualizarem nas notícias.

Outras mudanças no modo de vida dos ribeirinhos, apontados pelos autores, estão relacionados na rotina dessas pessoas, com maior frequência,

Em meados da década de 1990 ainda era comum os pescadores tecerem a mão suas próprias redes de pesca, os alimentos eram cozidos em panelas de barro no fogão a lenha, o açaí era amassado em alguidar e o rádio a pilha era a única forma de acesso aos noticiários. Com a modernização tecnológica e a urbanização, as relações entre o campo e a cidade se transformaram, e alguns

hábitos da cidade foram introduzidos no modo de vida rural dos ribeirinhos (Lomba; Lopes e Ribeiro, 2019, p. 213).

Dessa forma, as relações e o modo de realizar algumas atividades do dia a dia foram se modificando. Percebe-se que a rede não é mais produzida em casa, mas adquirida por meio da compra nas lojas das cidades próximas. O fogão mais utilizado é o movido a gás, o fogão de lenha é utilizado em algumas situações. O alguidar foi substituído pela batedeira elétrica. A forma de encher água para armazenar para o consumo foi modificada pela bomba d'água.

Contudo, diante das mudanças ocorridas pelo modo de vida urbano, muitos costumes do modo de vida rural foram mantidos, como dormir na rede, jantar mais cedo, casas construídas em madeira. No que envolve a comunidade, se mantém as festas em homenagem aos Santos, torneio de futebol e almoço em família. Dependendo da localidade alguns hábitos estão mais presentes.

Analisar a relação cidade é campo na Amazônia é compreender uma relação de reciprocidade entre as pessoas, interdependência entre as funções e conexão entre os espaços rurais e urbanos. Já que a cidade também possui dependência significativa com relação a produção do meio rural. Quando se inclui as comunidades tradicionais, refere - se ao excedente produzido, já que a produção, primeiramente é para a subsistência da família, enquanto que o excedente é destinado para relações de trocas.

2.3 Circularidade de saberes, mercadorias e pessoas

Na Amazônia, os espaços urbanos e rurais estão profundamente interligados por redes socioeconômicas, culturais e ambientais, constituindo sistemas territoriais híbridos. As populações ribeirinhas, muitas vezes classificadas como “rurais” em censos e estatísticas oficiais, exercem suas atividades produtivas em estreita articulação com os centros urbanos, dos quais dependem para acesso a mercados, serviços públicos, educação e saúde (Cardoso, 2014).

Por outro lado, as populações ribeirinhas abastecem as cidades com alimentos, matérias-primas e saberes tradicionais, estabelecendo uma relação de interdependência. Dessa forma a população urbana se apropria desse excedente ao consumirem produtos frescos e normalmente mais baratos, como aqueles que fazem parte da cultura alimentar local, como o açaí, peixe, camarão, frutas etc. As feiras populares que existem com frequência na semana, atuam como uma forma de resistência mantendo a tradição frente ao processo de modernização e fluidez do urbano (Cardoso, 2014).

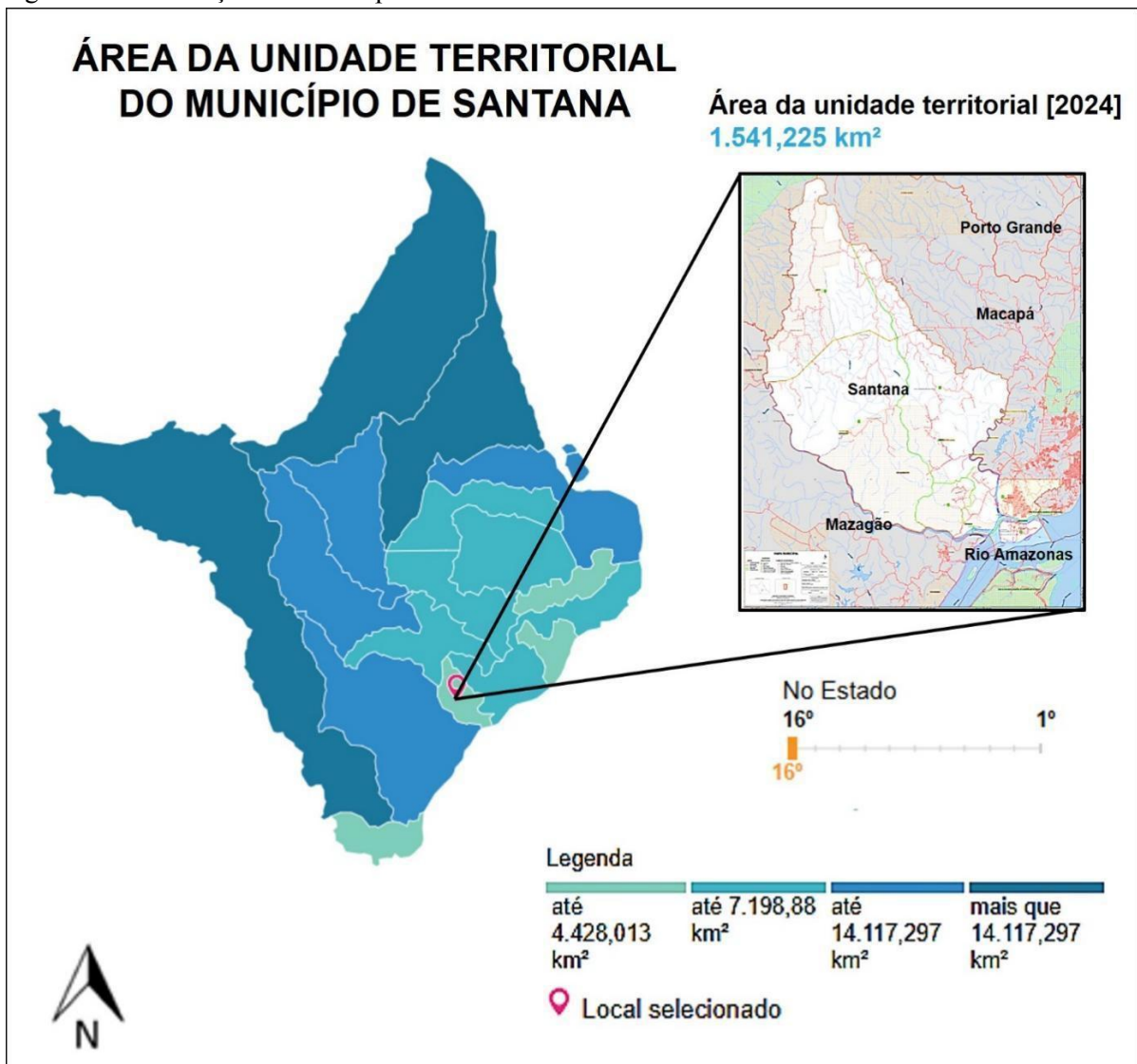
Essa interconexão é especialmente visível em cidades médias como Santana, onde a economia local é impactada pela produção de pesca, extrativismo vegetal, agricultura de subsistência e pequenas trocas comerciais realizadas por populações das ilhas e margens dos rios. Essas práticas, baseadas no conhecimento empírico e na gestão tradicional dos recursos naturais, têm contribuído para a segurança alimentar da região, a circulação de produtos da sociobiodiversidade e a construção de uma identidade territorial própria.

O urbano na Amazônia não é sinônimo de concreto e verticalização, mas sim de circulação de bens, ideias e pessoas, num processo em que as populações tradicionais participam ativamente da vida urbana, sem abdicar de suas territorialidades ribeirinhas. Essa perspectiva é crucial para compreender o verdadeiro alcance das contribuições ribeirinhas ao desenvolvimento regional, não apenas como provedores de recursos, mas como atores sociais que moldam a organização do território, o modo de vida e até as políticas públicas municipais.

3 MUNICÍPIO DE SANTANA

As pequenas e médias cidades da Amazônia não apenas funcionam como polos de serviços e comércio, mas também mantêm relações diretas com comunidades ribeirinhas, indígenas e extrativistas, compondo uma teia de interdependências sociais e econômicas que estrutura o espaço regional (Castro, 2010). Nesse sentido, para compreender as contribuições das populações ribeirinhas para desenvolvimento regional no Município de Santana, cabe conhecer o contexto histórico da cidade e seu desenvolvimento a partir das relações dos agentes sociais que produzem e reproduzem o espaço urbano. A figura 1 apresenta a área territorial do município.

Figura 1 - Localização do Município de Santana.



Fonte: Adaptado do IBGE (2024).

Dessa forma, a cidade de Santana está localizada no Sudeste do Estado do Amapá, na região Norte do Brasil, as margens do rio Amazonas, conforme mostra a figura 1. Em 2024, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registra uma população de aproximadamente 118,353 pessoas, tornando –se o segundo município mais populoso do Estado. De acordo com o censo de 2022, a densidade demográfica equivale a 69,83 habitantes

por quilometro quadrado.

A área do Município, conforme os dados do IBGE de 2024 era de 1.541,225 km², o que coloca Santana na última posição em relação aos 16 municípios que fazem parte do Estado do Amapá. Na figura 1, observa –se os limites territoriais com o Rio Amazonas e com os Municípios de Mazagão e Porto Grande, e com a capital Macapá.

A origem da cidade de Santana está relacionada ao agrupamento populacional que ocorreu na Ilha de Santana, localizada em frente à cidade, nas margens do rio Amazonas. Esse povoado teve origem em 1753 e era formado por portugueses, mestiços e indígenas. Foi elevado à condição de povoado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e em 1981, foi incorporada à condição de Distrito de Macapá. Somente no dia 17 de Dezembro de 1987, pelo do Decreto nº 7.369, Santana ingressou na categoria de Município do Estado do Amapá.

O comerciante Português Francisco Portilho de Melo, foi designado pelo governador do Grão-Pará, Mendonça Furtado, para povoar a região, já que necessitavam de mão de obra para construção da Fortaleza de São José de Macapá. Os portugueses tinham forte ligação com a Igreja Católica, nesse sentido o desbravador da região tinha devoção por Santa Ana, o que incentivou para escolha do nome da cidade. No que se refere ao religioso, até hoje Santa Ana continua como padroeira de Santana, com festividades e programações no período de aniversário da cidade.

O Município de Santana obteve crescimento econômico significativo a partir da descoberta do manganês no Município de Serra do Navio. Em 1956, a mineradora Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI), precisou de um quantitativo de mão de obra para iniciar suas atividades, já que a mesma seria a responsável para explorar as reservas. Foi então que iniciou -se um fluxo migratório para região de famílias em busca de melhores condições de vida.

Outro fator importante que contribuiu para exportação do minério foi o porto de Santana, sua capacidade de profundidade permite receber navios de maiores portes destinados às importações e exportações. Com relação a infraestrutura construída pela mineradora ICOMI, estava a estrada de ferro para escoamento do minério e duas “*companys tays*” conhecidas como cidades planejadas, uma em Santana, no bairro Vila Amazonas e, a outra, na Serra do Navio.

O Estado do Amapá geograficamente é cercado por rios, a entrada de mercadorias transportadas via fluvial ocorre pelo Município de Santana, depois distribuída para os demais municípios. Assim, Santana diferencia – se das outras cidades do Estado devido sua particularidade, de cidade – porto, embora até hoje não possua uma estrutura adequada e moderna na área portuária.

O processo de urbanização da cidade acontece de forma lenta, porém Santana já obteve grandes avanços. Conforme o Diário Oficial do Município de Santana, nº 900/2020, atualmente existem 27 bairros: Acquaville, Central, Comercial, Daniel, Distrito Industrial, Remédios I, Remédios II, Elesbão, Equador, Fé em Deus, Fonte Nova, Fortaleza, Hospitalidade, Jardim de Deus, Jardim Floresta, Matapi Mirim, Monte das Oliveiras, Mutirão, Nova Brasília, Nova União, Novo Horizonte, Paraíso, Parque das Laranjeiras, Piçarreira, Provedor I, Provedor II e Vila Amazonas.

Em relação aos distritos, a Lei nº453/99, do Município de Santana, oficializou 5, sendo eles: Anauerapucu, Igarapé do Lago, Ilha de Santana, Piaçacá e Pirativa. Nessas subdivisões, existem áreas rurais com comunidades tradicionais que ajudam na preservação e atividades sustentáveis relacionadas ao seu modo de vida.

O Município de Santana possui uma relação de interdependência com a capital Macapá, diversos serviços especializados de assistência, saúde e educação por muitas décadas eram ofertados apenas em Macapá. Alguns estudiosos denominavam Santana como a cidade dormitório, pelo fato de grande parte dos residentes trabalharem em Macapá e retornarem

somente à noite para dormir.

As duas cidades formam um eixo de complementariedade de funções e representam o centro de serviços e comércio no Estado. Santana com sua condição portuária, destaca-se como centro de distribuição, já que grande parte das mercadorias enviadas para o Amapá entram pelo porto de Santana, onde se localiza o distrito industrial.

Com relação à economia santanense, em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) da cidade de Santana girou em torno de R\$ 20.132,66. Na comparação com outros Municípios do Estado, ficou na 5ª posição relacionado aos 16 Municípios (IBGE 2022). Os setores que movimentam a economia envolvem o primário, resultado do setor agrícola das atividades rurais; secundário, das fábricas de açaí, polpas de frutas, bebidas, alimentos; e o terciário, lojas, distribuidoras, supermercados e serviços. Dessa forma, as cidades de Macapá e Santana assumem uma missão significativa no desenvolvimento do estado, atuando como polos de distribuição de bens e serviços para a população.

3.1 Territorialidade das comunidades ribeirinhas em Santana

A região Amazônica, desde de sua colonização, é ocupada por uma diversidade de grupos étnicos, sendo possível dizer que “o homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias. Tal intercâmbio possibilitou uma herança que se revela nas mais diferentes manifestações socioculturais” (Lira; Chaves, 2016, p. 72).

Toda heterogeneidade dos grupos sociais, sejam indígenas, pescadores, ribeirinhos ou quilombolas, é marcada por uma identidade sociocultural e política própria, que se estrutura pela adaptação de saberes e técnicas às suas necessidades. Dessa forma, cabe a cada grupo sua organização política- social. Aos ribeirinhos foi herdado os conhecimentos indígenas, visto que a população indígena habitava anteriormente esses territórios as margens dos rios.

Em Santana as comunidades ribeirinhas habitam as margens dos principais rios e igarapés, contornam os limites territoriais do município, como mostra a Figura 2. Há também famílias que residem distantes uma das outras, no entanto, conseguem manter vínculos e conexões entre si. Possuem suas próprias casas, plantios, roçados, além de estabelecerem práticas comunitárias como festas, atividades religiosas, jogos de futebol, e outras interações.

Figura 2 - Localização das comunidades ribeirinhas do Município de Santana.



Fonte: Adaptado de Calandrini (2024).

As comunidades ribeirinhas do Município de Santana distribuem-se ao longo de importantes cursos d'água que moldam sua organização territorial, suas práticas socioculturais e suas atividades econômicas. Cada comunidade estabelece uma relação específica com o rio ou igarapé ao qual está vinculada, o que influencia diretamente seus modos de vida, formas de mobilidade, produção de alimentos e conhecimentos tradicionais.

As comunidades identificadas localizam-se às margens dos principais eixos hídricos da região: Rios Matapi, Vila Nova, Pirativa. A relação do ribeirinho com o rio é carregada de simbolismo, pois o rio oferece sua diversidade de espécies de alimentos, nutrientes para as margens, água para as necessidades de sobrevivência e acessibilidade. Em contrapartida o ribeirinho oferece sua proteção, através dos mitos e lendas (Lira; Chaves, 2016).

A relação com a terra ocorre de forma comunitária, seja por membros de parentesco ou por famílias que compõem as comunidades. Essas normas de uso coletivo vão além do código legal, mas que são acordadas entre os membros da própria comunidade. Dessa forma, a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força.

No que se refere aos conhecimentos tradicionais, os agentes sociais utilizam seus saberes tradicionais transmitidos de geração para geração, como por exemplo, a influência da lua nas atividades agrícolas, a reprodução e migração da fauna, os ciclos naturais, os sistemas de manejo dos recursos naturais. Além do potencial das ervas para cura de determinadas dores e doenças. São conhecimentos acumulados e experiências de vida que superam dificuldades no cotidiano dessas famílias “aparentemente isoladas” assim como contribuem para o avanço da ciência.

Com relação às atividades de trabalho dos ribeirinhos, a pesca, a caça, o extrativismo e a agricultura fazem parte da rotina como prioridade, sendo adotado técnicas agroecológicas. A atividade de pesca pode ser desenvolvida tanto na maré cheia como na vazante dos rios. Enquanto que a atividade de caça é melhor realizada no período de cheia dos rios.

Na agricultura, a rotação de culturas é uma prática comum para subsistência das famílias, o cultivo da mandioca para fazer farinha, melancia, banana, maxixe, milho. Outra prática que associa técnica agrícola e extrativismo é a coleta do açaí, hoje responsável por grande parte da renda financeira. Muitas famílias ribeirinhas extraem do agroextrativismo do açaí um valor considerável, garante em período de safra uma boa produção para os ribeirinhos.

O açaí é consumido há séculos por populações ribeirinhas, indígenas e urbanas. Em muitos lares, ele acompanha quase todas as refeições, faz parte da cultura alimentar. O fruto ganhou espaço nos mercados nacional e internacional, tornando-se um alimento valorizado. Hoje, está entre os principais produtos extraídos pelas populações ribeirinhas, que garante em período de safra uma boa produção.

É nessa lógica de trocas que as relações da zona rural com a zona urbana se sustentam. Visto que, as sociedades urbanas, necessitam da produção agrícola e extrativista que o rural produz, assim como a população ribeirinha precisa acessar bens e serviços ofertados pela cidade, para sua reprodução social (Lira; chaves, 2016).

3.2 Contribuições das comunidades ribeirinhas para o desenvolvimento regional

A análise das dinâmicas produtivas e socioculturais das comunidades ribeirinhas de Santana evidencia que esses grupos desempenham papéis essenciais na configuração do desenvolvimento regional, especialmente no que se refere ao abastecimento alimentar, à circulação fluvial, à manutenção de práticas tradicionais e à integração rural-urbana.

Para compreender de forma comparativa como essas comunidades contribuem para a economia local, para a organização territorial e para a reprodução social do município, elaborou-se um quadro que sistematiza as principais características socioeconômicas de cada

localidade. O Quadro 1 apresenta, portanto, uma visão estruturada das contribuições específicas das onze comunidades ribeirinhas analisadas, permitindo identificar padrões, singularidades e níveis distintos de interação com o espaço urbano de Santana.

Quadro 1 - Apresentação das contribuições por comunidade ribeirinha.

Comunidade	Contribuições para o desenvolvimento regional
Ilha de Santana	A economia está fortemente ancorada na agricultura familiar, nos quintais agroflorestais e na pesca artesanal. A produção de açaí, mandioca, hortaliças e frutos de várzea abastece tanto o mercado local quanto feiras na cidade de Santana, configurando uma relação econômica constante entre a ilha e o centro urbano. No desenvolvimento regional, a Ilha desempenha papel estratégico como zona de produção de alimentos frescos e como área de preservação ambiental que sustenta a cultura ribeirinha tradicional. A interação rural–urbana é intensa, já que a proximidade física com a sede municipal permite que moradores circulem diariamente para vender produtos, estudar e acessar serviços públicos, criando um fluxo contínuo entre modos de vida rurais e demandas urbanas.
Cachoeirinha	A economia é baseada principalmente na pesca e na agricultura de subsistência, com pequenas roças de mandioca, banana e culturas de várzea. A interação rural–urbana ocorre por meio de deslocamentos fluviais até Santana para comercializar produtos, buscar atendimento em saúde e acessar escolas. Essa circulação cria uma dinâmica de integração funcional em que a comunidade comunidade e centro urbano.
Foz do Vila Nova	Economia voltada para a pesca e para pequenas áreas de cultivo nas margens do rio Vila Nova. Sua participação no desenvolvimento regional está ligada ao fornecimento de pescado para os centros consumidores de Santana e Macapá, funcionando como elo produtivo da cadeia pesqueira amazônica. A relação rural–urbana se dá principalmente pelo uso de embarcações que conectam a comunidade ao porto e ao comércio da cidade para escoamento da sua produção assim como acessar serviços básicos necessários a comunidade.
Três Irmãos	A economia combina pesca, agricultura familiar e pequenos comércios locais. A comunidade participa do desenvolvimento regional como produtora de alimentos de origem ribeirinha e como ponto de circulação fluvial importante. A interação entre rural e urbano se expressa no deslocamento diário de moradores para Santana em busca de serviços públicos, no envio de produtos agrícolas e na dependência de ações municipais itinerantes. Essa interação caracteriza a comunidade como parte do cinturão ribeirinho que conecta a cidade ao interior.

Matapi Mirim (Delta do Matapi)	Apresenta uma economia marcada pela agricultura de subsistência, pela pesca e pela carpintaria naval, com destaque para a produção de pequenas embarcações de madeira. É uma das comunidades de maior vulnerabilidade socioeconômica da zona ribeirinha de Santana, desempenhando papel modesto, porém socialmente relevante, no desenvolvimento regional devido à produção agrícola local e ao fornecimento de mão de obra para atividades na cidade. A interação rural–urbana é constante, pois moradores dependem do centro urbano para serviços básicos, compra de alimentos, transporte e atendimento em saúde. A precariedade de saneamento e de pontes reforça o deslocamento frequente até a zona urbana para suprir necessidades essenciais.
Santo Antônio do Matapi	A economia é estruturada na pesca e na agricultura familiar, especialmente no cultivo de mandioca, frutas regionais e pequenos animais. A comunidade contribui para o desenvolvimento regional ao abastecer o mercado local com produtos frescos e ao integrar a rede de circulação fluvial do rio Matapi. A relação rural–urbana ocorre de forma intensa, uma vez que a comunidade depende de equipes de saúde itinerante e de escolas urbanas para atendimento. Moradores frequentemente se deslocam para Santana para vender produção, matricular filhos e participar de iniciativas governamentais. Essa interdependência mostra uma forte conexão entre modos de vida rurais e serviços urbanos.
Cafezal	Possui uma economia baseada na agricultura (especialmente açaí, mandioca e fruticultura) e na pesca artesanal. O desenvolvimento regional se expressa na sua capacidade de produzir alimentos regionais que abastecem mercados e feiras. A comunidade é incluída em rotas de saúde itinerante, o que evidencia carência de infraestrutura fixa. A interação rural–urbana é significativa: moradores deslocam-se para a sede municipal a fim de comercializar produtos agrícolas e acessar serviços essenciais.
Cinco Chagas (do Matapi)	Possui uma economia dominada pela agricultura, pesca e programas sociais. Em termos de desenvolvimento regional, a comunidade participa da dinâmica produtiva por meio da venda de produtos agrícolas e pescado em pequena escala, além de ser frequentemente alvo de ações de cidadania e assistência social. A interação rural–urbana é marcada por idas frequentes à cidade para resolver questões burocráticas, participar de ações e acessar serviços essenciais. A dependência institucional da cidade reforça uma conexão permanente entre o ambiente rural ribeirinho e a estrutura urbana.

São Raimundo do Pirativa	A economia é estruturada no agroextrativismo, na pesca artesanal e na agricultura familiar, com forte presença de açaí e produtos de quintais tradicionais. Como comunidade quilombola ribeirinha, desempenha papel cultural e social relevante no desenvolvimento regional, preservando práticas tradicionais e contribuindo para a diversidade produtiva do município. A interação rural–urbana ocorre pela necessidade de deslocamentos para Santana para acessar escolas, serviços de saúde e programas sociais. A produção agrícola é vendida principalmente em mercados urbanos, reforçando a integração econômica e sociocultural entre os dois espaços.
São Tomé do Alto do Pirativa.	A economia é semelhante à de São Raimundo, baseada na agricultura de várzea, pesca e extrativismo. Sua contribuição ao desenvolvimento regional se dá pelo fornecimento de produtos agrícolas e pela presença de práticas tradicionais de manejo do ambiente. A interação rural–urbana se manifesta na dependência de serviços urbanos para educação, saúde e comércio, além da circulação frequente para participar de programas governamentais. O deslocamento fluvial é central na dinâmica da comunidade, reforçando o vínculo diário com a cidade.
Anauerapucu	Reúne uma economia mista entre agricultura familiar, agroecologia, pesca e extrativismo, sendo uma das comunidades ribeirinhas mais estudadas em termos socioambientais. Sua contribuição ao desenvolvimento regional envolve produção agrícola diversificada e participação em debates sobre sustentabilidade e manejo ambiental. A interação rural–urbana é marcada pela busca de serviços urbanos, pela venda de produtos e pelo impacto das transformações ambientais do rio Vila Nova, que exigem maior presença do Estado na integração e no suporte à comunidade. A relação com Santana é vital, tanto para escoamento da produção quanto para suprir carências estruturais.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Ao analisar as informações do Quadro 1, pode-se observar que as comunidades ribeirinhas de Santana desempenham funções estruturantes no desenvolvimento regional, articulando práticas produtivas, dinâmicas socioculturais e interações ambientais que contribuem para a economia municipal. Dessa forma, a agricultura familiar, a pesca artesanal e o agroextrativismo constituem o núcleo das atividades econômicas, consolidando um sistema produtivo de base tradicional que abastece mercados locais e regionais com alimentos frescos, especialmente açaí, mandioca, pescado e hortaliças.

Analisando as localidades dessas comunidades, percebe-se que o fluxo rural–urbano é elemento estruturante na reprodução social e econômica dessas comunidades. Em praticamente todos os casos, a circulação de moradores até a sede municipal de Santana constitui um mecanismo central para a comercialização da produção, acesso à saúde, educação, programas assistenciais e serviços públicos.

Essa dinâmica mostra a existência de uma relação de interdependência funcional, na qual o urbano concentra infraestrutura e serviços essenciais, enquanto o rural ribeirinho contribui com produção primária, mão de obra e preservação de saberes tradicionais. Tal padrão de complementaridade reforça a noção de que o desenvolvimento regional não ocorre de maneira homogênea, mas se configura em redes de interações territoriais que conectam distintos modos de vida.

Ao mesmo tempo, surgem particularidades socioeconômicas relevantes que ampliam a diversidade econômica do Município. A carpintaria naval em Matapi Mirim, o agroextrativismo diversificado em Anauerapucu e a identidade quilombola de São Raimundo do Pirativa demonstram que o desenvolvimento regional não se limita à dimensão econômica, mas envolve elementos culturais, ambientais e simbólicos que contribuem para a pluralidade territorial. Esses casos reforçam a relevância dos territórios ribeirinhos como espaços de preservação cultural e de reprodução de práticas sustentáveis.

As comunidades ribeirinhas constituem um subsistema socioeconômico fundamental para o município, contribuindo simultaneamente para o abastecimento alimentar, para a circulação fluvial, para a preservação de práticas tradicionais e para a configuração de fluxos cotidianos que integram o espaço rural ao urbano. A complementaridade entre produção ribeirinha e infraestrutura urbana revela um modelo de desenvolvimento regional interdependente, no qual a permanência dessas comunidades é essencial para a sustentabilidade socioeconômica de Santana.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA VISIBILIDADE E DO RECONHECIMENTO DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS NO CONTEXTO URBANO-REGIONAL

Os estudos sobre populações tradicionais e dinâmicas urbano-regionais na Amazônia evidenciam que o desenvolvimento regional não pode ser dissociado das formas tradicionais de ocupação, produção e manejo dos recursos naturais. As populações tradicionais amazônicas, entre elas as ribeirinhas, representam sistemas socioculturais complexos, dotados de conhecimentos acumulados e práticas adaptadas às condições ambientais (Cañete; Ravena-Cañete, 2010).

O desenvolvimento sustentável para Amazônia não pode ser pensado apenas em termos de áreas protegidas. A floresta, é um sistema vivo, que envolve: ciclos da água, biodiversidade, clima, recursos hídricos e interações entre populações humanas e naturais. Se não houver justiça social e participação ativa das populações locais, qualquer projeto será apenas uma narrativa de sustentabilidade, e não uma prática real (Freitas; Freitas, 2016).

O aprofundamento dessas discussões, demonstra que esses grupos devem ser reconhecidos como sujeitos coletivos de direitos, portadores de identidades específicas e fundamentais para a compreensão da dinâmica socioambiental (Cañete, 2023). Em Santana, essas características se expressam de maneira evidente, dada a relação histórica entre o núcleo urbano e as comunidades que ocupam as margens dos rios Amazonas e alguns afluentes, como registram Lira e Chaves (2016) ao analisar sua organização sociopolítica e cultural.

Nesse contexto, a construção de propostas voltadas à valorização das populações ribeirinhas exige, primeiramente, o fortalecimento do reconhecimento socioterritorial dessas comunidades. O planejamento territorial na Amazônia enfrenta o desafio de superar a invisibilidade histórica imposta a grupos tradicionais, cujos modos de vida raramente são contemplados nos instrumentos de gestão (Castro, 2010).

Reconhecer formalmente os territórios ribeirinhos por meio de mapeamentos georreferenciados, caracterização sociodemográfica e identificação das atividades econômicas permite consolidar uma base informacional necessária para políticas públicas mais precisas e coerentes com a realidade amazônica. Essa iniciativa também dialoga com a perspectiva geopolítica de Becker (2012), para quem a ocupação tradicional e a diversidade sociocultural constituem elementos estratégicos na construção de modelos de desenvolvimento sustentável e territorialmente equilibrados.

Na prática, o reconhecimento socioterritorial pode ser operacionalizado por meio do mapeamento das comunidades ribeirinhas localizadas às margens do rio Amazonas, no

município de Santana. Esse mapeamento permite identificar o número de famílias, as principais atividades produtivas, como a pesca artesanal e a produção de açaí, bem como os pontos de desembarque e as rotas fluviais utilizadas. Com base nessas informações, o poder público pode planejar a implantação de trapiches comunitários e a organização de linhas regulares de transporte fluvial. Além disso, os dados obtidos subsidiam ações específicas de apoio à produção e à comercialização ribeirinha.

É importante destacar que a sustentabilidade na Amazônia não pode ser reduzida a um simples crescimento econômico, sendo necessário um desenvolvimento sustentável que exija uma abordagem multidimensional. Para a região, não basta gerar riqueza; é fundamental integrar dimensões social, cultural, ambiental e tecnológica no processo de construção de seu futuro. Nesse sentido, a sustentabilidade deve ser entendida como um paradigma capaz de reconectar a ciência, a cidadania e a ética ambiental (Freitas; Freitas, 2016).

Outra questão central refere-se à inserção das comunidades ribeirinhas nos instrumentos oficiais de planejamento urbano e regional. A área metropolitana Macapá-Santana funciona como um sistema urbano interdependente, no qual fluxos de pessoas, mercadorias e práticas cotidianas são fortemente mediados pelo ambiente fluvial. A ausência das comunidades ribeirinhas nos planos diretores e legislações de zoneamento urbano reforça a perpetuação de desigualdades e a invisibilidade política desses grupos (Porto et al., 2021).

No município de Santana, o Plano Diretor pode incorporar políticas específicas ao reconhecer formalmente os territórios ribeirinhos como zonas de interesse socioterritorial, delimitando áreas destinadas à moradia tradicional, à pesca artesanal, ao extrativismo e à circulação fluvial. Esse reconhecimento permite adequar o planejamento urbano às dinâmicas fluviais e produtivas que estruturam a relação entre as comunidades ribeirinhas e o espaço urbano.

Os processos de urbanização na Amazônia ocorrem a partir da sobreposição e coexistência de práticas tradicionais e dinâmicas modernas, o que torna indispensável que a gestão pública considere as especificidades socioterritoriais desses atores na formulação de diretrizes urbanísticas. Incorporar a presença ribeirinha nos instrumentos de gestão significa reconhecer que essas populações estruturam elementos essenciais do abastecimento urbano, da circulação fluvial e da própria organização territorial de Santana (Cardoso, 2014).

O fortalecimento das cadeias produtivas tradicionais é outro eixo fundamental. A pesca artesanal, a agricultura de várzea, o extrativismo e a horticultura constituem atividades que não apenas garantem a reprodução material e cultural das populações ribeirinhas, como também alimentam circuitos econômicos essenciais para o município (Lira; Chaves, 2016).

Programas de compra institucional privada de produtos ribeirinhos podem ser desenvolvidos por empresas do setor alimentício, redes de supermercados, restaurantes e serviços de alimentação coletiva, por meio da aquisição direta de pescado artesanal, açaí, frutas regionais e hortaliças. Essa iniciativa fortalece cadeias curtas de comercialização, reduz intermediários, assegura renda às comunidades e valoriza produtos de origem territorial, cabendo ao poder público incentivar sua adoção por meio de benefícios fiscais e certificações.

Em Macapá, a feira Rampa do Açaí, evidencia que o abastecimento das cidades amazônicas depende diretamente da produção oriunda das comunidades tradicionais, reforçando sua importância para a segurança alimentar e a economia regional. Diante disso, é importante que o poder público implemente políticas de microcrédito direcionado, programas de capacitação técnica, feiras permanentes ribeirinhas e infraestrutura de apoio, fortalecendo assim a trajetória produtiva dessas comunidades (Lomba; Lopes; Ribeiro, 2019).

Outro ponto essencial diz respeito à mobilidade fluvial, elemento estruturante da vida ribeirinha e componente central da integração regional. O complexo portuário de Santana exerce papel estratégico na conexão entre comunidades ribeirinhas, centros urbanos e redes logísticas internacionais (Porto; Sardinha; Lomba, 2021).

A ausência de rotas fluviais regularizadas, trapiches adequados e apoio logístico impacta diretamente a autonomia das comunidades e limita sua participação nos fluxos urbanos. O fortalecimento da infraestrutura fluvial, portanto, não é apenas uma medida operacional, mas uma ação territorial que amplia o acesso aos serviços públicos, a circulação de produtos e a integração sociocultural entre as comunidades e o Município.

Empresas do complexo portuário e industrial de Santana podem incorporar cláusulas de responsabilidade territorial em seus contratos e licenças, direcionando investimentos sociais para comunidades ribeirinhas impactadas por suas atividades. Isso inclui apoio à saúde, educação, infraestrutura comunitária e preservação ambiental.

A educação contextualizada constitui outro eixo de valorização das populações ribeirinhas. Políticas educacionais voltadas à realidade amazônica devem incorporar saberes territoriais, práticas produtivas e conhecimentos tradicionais como dimensões centrais da formação cidadã (Cardoso, 2014).

Nesse sentido, ações educacionais no Município e, especialmente, em parceria com instituições como o Instituto federal do Amapá, devem avançar para além da oferta convencional de cursos, estruturando propostas que dialoguem diretamente com as especificidades socioculturais dos territórios ribeirinhos. Um exemplo concreto dessa perspectiva é o projeto do campus fluvial do IFAP, atualmente em fase de planejamento, que surge como uma alternativa inovadora para levar educação técnica e formação profissional até comunidades de difícil acesso.

Programas empresariais de educação e formação técnica podem ser implementados por empresas da região, em parceria com instituições de ensino, direcionados às realidades socioprodutivas das comunidades ribeirinhas. A oferta de cursos na área de manutenção de embarcações, processamento de alimentos, gestão comunitária, economia solidária e tecnologias sociais contribui para a qualificação da mão de obra local e para o fortalecimento da empregabilidade.

Por fim, o turismo de base comunitária desponta como uma estratégia sustentável de desenvolvimento, capaz de conciliar geração de renda, valorização cultural e conservação ambiental. Fortalecer identidades tradicionais é fundamental para garantir a permanência sociocultural dos grupos amazônicos, e o turismo comunitário contribui para tornar visíveis modos de vida, expressões culturais e práticas materiais dessas comunidades (Cañete, 2023).

Empresas do setor turístico podem estabelecer parcerias com comunidades ribeirinhas para desenvolver experiências de turismo comunitário, respeitando a governança local e repartindo os benefícios econômicos. A iniciativa privada contribui com divulgação, capacitação, plataformas digitais e gestão comercial, enquanto as comunidades mantêm o controle cultural e territorial das atividades.

Assim, essas propostas evidenciam que as populações ribeirinhas não apenas integram, mas estruturam a dinâmica territorial de Santana. Ao fortalecer o reconhecimento socioterritorial, a inclusão nos instrumentos de gestão, as cadeias produtivas tradicionais, a mobilidade fluvial, a educação contextualizada e o turismo comunitário, cria-se um caminho coerente com o que autores citados defendem. Um modelo de desenvolvimento regional que reconhece a diversidade sociocultural amazônica como fundamento para políticas públicas e de iniciativas privadas mais equitativas, sustentáveis e territorialmente enraizadas.

5 CONCLUSÕES

Diante das proposições apresentadas na pesquisa, constatou-se que as comunidades ribeirinhas possuem forte contribuição para o desenvolvimento regional. Observa-se uma economia marcada pela predominância da agricultura familiar, de sistemas agroflorestais, da pesca artesanal e do extrativismo de produtos como açaí, frutas e hortaliças. Atividades que se

articulam ao escoamento de produção por meio do Porto de Santana e dos mercados e feiras locais, permitindo as famílias Santanenses o consumo de produtos frescos e a valorização da produção agroecológica.

Por sua vez, identifica-se fragilidade estrutural em diversas comunidades, nas quais essas localidades apresentam limitações relacionadas ao saneamento, ao transporte, à educação e aos serviços de saúde, fatores que intensificam a dependência em relação à cidade e limitam a autonomia socioeconômica. Esse conjunto de precariedades configura um quadro de vulnerabilidade que interfere diretamente no potencial de desenvolvimento regional. Essa condição, entretanto, evidencia a urgência de políticas públicas territorializadas, capazes de reduzir disparidades socioespaciais e fortalecer cadeias produtivas locais.

Assim, ao analisar as contribuições das populações ribeirinhas, percebe-se que seu papel ultrapassa a dimensão produtiva. Trata-se de grupos sociais que sustentam redes de sociabilidade, conhecimentos tradicionais, práticas de manejo ambiental e formas de ocupação territorial que estruturam a vida no município.

Diante disso, pensar em políticas públicas que valorizem esses territórios, ampliem o acesso a serviços básicos e promovam reconhecimento social é fundamental para fortalecer as contribuições que essas populações já oferecem ao desenvolvimento regional. Ao serem mais assistidas, valorizadas e incluídas, suas capacidades produtivas, socioculturais e ambientais tendem a se intensificar, contribuindo para um modelo de desenvolvimento mais justo, integrado e coerente com a realidade amazônica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 01 Nov 2025.

BECKER, Berta K. **Amazônia: geopolítica na virada do século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/94949/decreto-6040>. Acesso em: 20 Jul.2025.

BRASIL. Diário oficial do Município de Santana - **D. O. M. Suplementar nº 900 – 02 a 06 de Março de 2020**. Prefeitura Municipal de Santana.

BRASIL. Lei nº 1320/20 – PMS de 20 de Fevereiro de 2020. **Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Santana, Estado do Amapá**.

BRASIL. Lei nº 453/99 – PMS de 27 de Dezembro de 1999. **Dispõe sobre os Distritos do Município de Santana e dá outras providências**. Disponível em: <https://santana.portal.ap.gov.br/conteudo/institucional/leis-municipais>. Acesso em 16 nov. 2025

CALANDRINI, Tatiana do Socorro dos Santos. **Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes ribeirinhos e seus determinantes sociais da saúde: estudos de métodos mistos**. Tese.(Programa Acadêmico de Pós Graduação em Ciências do Cuidado em Saúde) -Escola de enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2024. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/37684/Tatiana%20do%20Socorro%20dos%20Santo%20Calandrini%20tese.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso: 16 Nov 2025.

CAÑETE, Thales Maximiliano Ravena; RAVENA-CAÑETE, Voyner. Populações tradicionais amazônicas: revisando conceitos. *In: V ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE*, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/228518350/Populacoes-Tradicionais-Amazonicas-Revisando-Conceitos>. Acesso em: 08 Jun. 2025.

CAÑETE, Thales Maximiliano Ravena. “Populações tradicionais”: origens, definições e usos dentro da antropologia brasileira. **Vivência – Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 61, p. 325-358, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/28044/18333>. Acesso em 14 Nov 2025.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **Produção do espaço e urbanização na Amazônia: desafios socioambientais contemporâneos**. Belém: EDUFPA, 2014.

CASTRO, Edna Maria Ramod de. **Cidades amazônicas: cenários, desafios e perspectivas**. Belém: Paka-Tatu, 2010.

FREITAS, Marcílio de; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. **Sustentabilidade como paradigma: cultura, ciência e cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022. Censo demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/santana.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. **Guia de formação e estrutura de trabalhos acadêmicos**. Macapá: ifap, 2023. 65 p.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v.17, n.1 p. 66-76, jan./mar.2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/1518-70122016107>. Acesso em: 09 Jun. 2025.

LOMBA, Roni Mayer; LOPES, Geemy Araújo Lopes; RIBEIRO, Maria Francineia da Silva Ribeiro. A relação campo – cidade e Macapá-AP: uma análise da feira popular rampa do açaí. **Bol.geogr.**, Maringá, v. 37, n. 3, p. 207-226, 2019. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v37i3.43630>. Acesso em: 08 Jun 2025.

LOMBA, Roni Mayer. **Relação campo-cidade na pequena cidade de Caarapó – MS**. 2011. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2011.tde-22032012-105007>. Acesso em: 08 Jun 2025.

SARDINHA, Jocianny Carla da Silva; LOMBA, Roni Mayer; PORTO, Jadson Luís Rebelo. Complexo portuário de Santana (Amapá-Brasil): da interação regional à conexão internacional. *In: Geopolítica e Integração Regional na América Latina*, 2021. disponível em: https://publicar.claec.org/editora/fr_CA/catalog/download/43/43/210?inline=1. Acesso em: 01 nov 2025.